

Proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* LIVE

NOME DO CURSO

LL.M em Direito: Civil e Processual Civil

CARGA HORÁRIA

432 horas-aula

ESCOLA CERTIFICADORA

DIREITO RIO

CÓDIGO DO CURSO

LLLMCPC*20_05

DESCRIÇÃO DO CURSO

O curso de **LL.M. em Direito: Civil e Processual Civil** modularizado tem como objetivo oferecer uma visão atual do Direito Civil e Processual Civil por meio de disciplinas teóricas cuja abordagem prática contribui para o aprimoramento profissional do aluno. Aliadas às temáticas civil e processual civil, algumas disciplinas de Direito Empresarial permitirão ao discente desenvolver reflexões críticas e habilidades que melhor o capacitarão para atuar como profissional liberal em diferentes contextos.

OBJETIVO DO CURSO

- descrever a dinâmica decisória judicial e as suas consequências;
- reconhecer a dinâmica contratual por meio de uma abordagem contemporânea e atual;
- analisar as modalidades de tutela executiva e as suas repercussões;
- identificar questões contemporâneas e controvertidas, as suas possíveis abordagens e os seus efeitos, e
- comparar as correntes doutrinárias aplicáveis e empregar os conhecimentos à resolução de casos práticos.

PÚBLICO-ALVO

O curso de LL.M. em Direito: Direito Civil e Processual Civil é recomendado para:

- graduados em Direito que atuem ou pretendam atuar na área de Direito Civil e Processual Civil e
- profissionais que sintam a necessidade de reciclagem nas áreas de Direito Civil e Processual Civil.

METODOLOGIA

Os cursos do Programa MBA LIVE da FGV têm por objetivo estimular a reconstrução do conhecimento por meio da abordagem integrada entre teoria e prática, em consonância com os contextos econômicos, sociais e regionais onde os cursos são ministrados.

Os conteúdos das disciplinas visam a atingir objetivos de aprendizagem específicos, alinhados ao desenvolvimento das competências necessárias à prática profissional de seus alunos.

As aulas, mediadas remotamente por ferramentas de videoconferência, são planejadas com aplicação de diferentes estratégias de aprendizagem, sob a égide das metodologias ativas. Os alunos contam com suporte de um ambiente virtual de aprendizagem, o eClass, no qual pode acessar, a qualquer momento, em seus dispositivos eletrônicos, o conteúdo da disciplina, fazendo uso irrestrito de reconhecidas bibliotecas virtuais. Além disso, há acesso a outras ferramentas que oferecem suporte ao processo de ensino-aprendizagem e facilitam a comunicação.

As atividades práticas são desenvolvidas com o apoio de estudos de casos, jogos de negócios e situações que permitam aos alunos simularem a vivência de experiências desafiadoras, encorajando-os à aplicação de seus conhecimentos na resolução dos desafios propostos.

AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem tem papel fundamental para o processo de reconstrução de conhecimento pelos alunos, por isso, cada disciplina tem um instrumento avaliativo diferente. As avaliações construídas pelos professores possuem questões que abordam a aplicabilidade dos conceitos trabalhados em sala a contextos empresariais.

Os instrumentos de avaliação utilizados visam não somente apoiar o diagnóstico do aprendizado como também servir como reflexão para os alunos quanto à prática dos conceitos a fim de capacitá-los para melhores tomadas de decisão como executivos.*+

PRÉ-REQUISITOS

DISCIPLINAS ISENTAS DE PROVA

Nenhuma.

Código	NOME	CH
Módulo Direito Empresarial		
T_NE_19-24	Negociação	24h/a
T_DSOC_19-24	Direito Societário	24h/a
T_COMPL_19-24	<i>Compliance</i>	24h/a
T_RECE_19-24	Recuperação de empresas	24h/a
T_DR_19-24	Direito Regulatório	24h/a
T_LCA_19-24	Licitações e contratos administrativos	24h/a
Módulo Direito Civil		
T_DC_19-24	Direito Contratual	24h/a
T_CC_19-24	Contratos contemporâneos	24h/a
T_DI_19-24	Direito Imobiliário	24h/a
T_ODC_19-24	Oficina de Direito Civil	24h/a
T_PI_19-24	Propriedade intelectual	24h/a
T_RFLCC_19-24	Relações de família à luz do Código Civil	24h/a
Módulo Direito Processual Civil		
T_TJI_19-24	Tutela jurisdicional individual	24h/a
T_TJC_19-24	Tutela jurisdicional coletiva	24h/a
T_TUTE_19-24	Tutela de urgência e tutela de evidência	24h/a
T_ESAC_19-24	Estratégias para a solução adequada de conflitos	24h/a
T_PTTPR_19-24	Processo nos tribunais: teoria e prática	24h/a
T_CSTEX_19-24	Cumprimento de sentença e tutela executiva	24h/a

ESTRUTURA CURRICULAR

Módulo – Direito Empresarial

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1. Negociação	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Preparação para negociação. Modalidades. Fundamentos da negociação. Teoria dos Jogos. Vieses cognitivos. Influência e persuasão.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Preparação para negociação 1.1 Importância da negociação 1.2 Processo de negociação 1.3 Modalidades 2. Fundamentos da negociação 2.1 Alternativas 2.2 Opções 2.3 Batna 2.4 Zopa 2.5 Interesses <i>versus</i> posições	<ul style="list-style-type: none"> • reconhecer qualquer cenário de negociação; • negociar de forma profissional em busca de ganhos mútuos e • adequar estratégias aos diferentes tipos de negociação.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Teoria dos Jogos 3.1 Cooperação <i>versus</i> competição 3.2 Percepções e negociação 3.3 Criação de valor 3.4 Distribuição de valor 3.5 Avaliação, ajustes e fechamento 3.6 Maldição do vencedor	<ul style="list-style-type: none"> • reconhecer a importância da criação de valor em negociações; • avaliar os efeitos do excesso de competição no relacionamento; • conceituar a maldição do vencedor e analisar formas de evitá-la e • aplicar técnicas de criação de consenso a fim de criar valor em uma negociação.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Percepção e aspectos cognitivos da negociação 4.1 Limites da racionalidade 4.2 Mito do bolo fixo 4.3 Negociações distributivas <i>versus</i> negociações integrativas 4.4 Negociação colaborativa <i>versus</i> negociação competitiva	<ul style="list-style-type: none"> • tomar decisões e fechar uma negociação com eficácia; • identificar os diversos estilos de negociação; • avaliar os limites da racionalidade humana e aplicar os seus conceitos em negociações e • lidar com qualquer situação negocial, fazendo a sua correta leitura.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
5. Influência 5.1 Processo de resolução de conflitos e mediação 5.2 Solução de negociações complexas	<ul style="list-style-type: none"> • identificar o funcionamento do processo de tomada de decisão; • criar argumentos poderosos e • aliar a capacidade de argumentação à de persuasão para influenciar negociadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DUZERT, Yann (org.). <i>Manual de negociações complexas</i> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. DUZERT, Yann.; LEMPEREUR, A; COLSON, A. <i>Método de negociação</i> . Rio de Janeiro: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
SUSSKIND, Lawrence; CRUIKSHANK, Jeffrey; DUZERT, Yann. <i>Quando a maioria não basta: método de negociação coletiva para a construção de consenso</i> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
2. Direito Societário	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Sociedade limitada. Aplicação das regras das sociedades simples e da Lei nº 6.404/76 às sociedades limitadas. Capital social e patrimônio. Hipóteses de dissolução parcial sob a ótica do novo Código de Processo Civil (CPC). Sociedade anônima. Valores mobiliários. Ações. Espécies. Direitos e deveres dos acionistas. Alienação do controle. Acordo de acionistas. Responsabilidade dos administradores.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Sociedade Ltda. 1.1 Natureza jurídica 1.2 Responsabilidade dos sócios 1.3 Aplicação das regras das sociedades simples e da Lei nº 6.404/76 às sociedades limitadas	<ul style="list-style-type: none"> • aplicar a legislação, reconhecendo a estrutura da sociedade a ela relacionada; • identificar as implicações da natureza jurídica; • analisar a responsabilidade dos sócios e a teoria da desconsideração, de acordo com o novo CPC e • analisar as hipóteses de aplicação supletiva das normas das sociedades simples e sociedades anônimas.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2 Capital social e patrimônio 2.1 Quotas sociais 2.2 Cessão, penhora e partilha de quotas 2.3 Direitos e deveres dos sócios 2.4 Deliberações. 2.5. Administração das sociedades limitadas 2.6 Hipóteses de dissolução parcial sob a ótica do novo Código de Processo Civil (CPC) 2.7 Direito de retirada, sócio dissidente, sócio remisso, falecimento de sócio e exclusão de sócio 2.8 Dissolução, liquidação, partilha e extinção da sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • distinguir capital social de patrimônio; • analisar as hipóteses de dissolução parcial sob a ótica do novo CPC e • identificar as hipóteses do direito de retirada e de exclusão de sócio.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Sociedade anônima. 3.1 Constituição e organização 3.2 Capital social 3.3 Capitalização da companhia 3.4 Valores mobiliários 3.5 Ações 3.6 Espécies 3.7 Propriedade das ações e a sua transferência 3.8 Resgate, amortização e reembolso. 3.9. Oneração das ações 3.10. Debêntures	<ul style="list-style-type: none"> • explicar o conceito de valores mobiliários; • identificar as espécies de valor mobiliário e • conceituar acionista controlador.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Direitos e deveres dos acionistas 4.1 Cláusulas de restrição de voto 4.2 Acionista controlador 4.3 Acordo de acionistas 4.3 Alienação do controle 4.4 <i>Tag e drag along</i> 4.5 Órgãos societários 4.6 Responsabilidade dos administradores 4.7 Reorganização societária: cisão, fusão e incorporação	<ul style="list-style-type: none"> • examinar os órgãos societários; • identificar a figura e as responsabilidades do administrador e • avaliar a reorganização societária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
REQUIÃO, Rubens. <i>Curso de direito comercial</i> . v. 1. São Paulo: Saraiva, 2016. ULHOA, Fábio Coelho. <i>Curso de direito comercial: direito de empresa</i> . v. 1. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. <i>Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro</i> , São Paulo, Malheiros, v. 35, n. 104, out./nov., 1996. FAZZIO JÚNIOR, Waldo. <i>Manual de direito comercial</i> . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016. FRAZÃO, Ana. <i>Função social da empresa</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2011. GUSMÃO, Mônica. <i>Lições de direito empresarial</i> . 12. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2016. MAMEDE, Gladston. <i> Holding familiar e suas vantagens</i> . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. <i> Direito empresarial esquematizado</i> . 6. ed. São Paulo: Método, 2016. TOMAZETTE, Marlon. <i> Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário</i> . v. 1, São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
3. <i>Compliance</i>	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Histórico do *compliance* no mundo e no Brasil. FCPA, UK *Bribery Act* e outras legislações anticorrupção estrangeiras. Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). Aspectos penais da legislação anticorrupção e antissuborno. Políticas de *compliance*. Programas e sistema de gestão de *compliance*. Investigações internas. Processos sancionadores e acordos de leniência. Delação premiada. ISO 19.600 e ISO 37.001. Governança e gestão de riscos. *Due diligence* de integridade e aspectos fiscais.

Conteúdo programático mínimo

Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Histórico do <i>compliance</i> 1.1. <i>Compliance</i> no mundo 1.2. <i>Compliance</i> no Brasil 1.3. Leis anticorrupção estrangeiras 1.4. Lei anticorrupção brasileira	<ul style="list-style-type: none"> reconhecer a evolução histórica do <i>compliance</i> no mundo e no Brasil; identificar as principais leis de <i>compliance</i>, como FCPA e UK <i>Bribery</i>, e descrever a lei anticorrupção brasileira e os seus principais efeitos.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem

2. Aspectos penais da legislação anticorrupção e antissuborno 2.1 Processos sancionadores 2.2 Acordos de leniência e delação premiada 2.3 Aspectos fiscais e empresariais do <i>compliance</i> : alto escalão, administradores, empregados e demais atores.	<ul style="list-style-type: none"> analisar a legislação aplicada; identificar as implicações penais das leis de anticorrupção e antissuborno, e compreender a dinâmica dos processos sancionadores, dos acordos de leniência e da delação premiada.
--	---

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Políticas de <i>compliance</i> 3.1 Terminologias do modelo internacional da ISO 19.600 e da ISO 37.001 3.1.1 Organização 3.1.2 Parte interessada 3.1.3 Alta direção 3.1.4 Conselho de administração 3.1.5 Empregado 3.1.6 <i>Compliance officer</i>	<ul style="list-style-type: none"> examinar as políticas de <i>compliance</i> e analisar os modelos ISO 19.600 e ISO 37.001.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Sistema de gestão de <i>compliance</i> 4.1 Governança e gestão de riscos 4.2 Escopo do sistema de gestão de <i>compliance</i> 4.2.1 Pilares 4.2.2 <i>Due diligence</i> 4.2.3 Risco 4.2.4 Normas organizacionais e empresariais 4.2.5 Auditoria e certificação 4.3 Controle interno e externo 4.4 Ética, responsabilidade social e empresarial	<ul style="list-style-type: none"> examinar as características e etapas de um sistema de gestão de <i>compliance</i>.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
CARNEIRO Claudio; SANTOS JR., Milton de Castro. <i>Compliance e boa governança</i> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. FIGUEIREDO, Fabiana Vidigal Diniz de (org.). <i>Temas específicos de compliance</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO (CGU). Programa de integridade. <i>Diretrizes para empresas privadas</i> . Brasília, 2015. Disponível em: https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf Acesso em: 24 out. 2019. FGV Projetos. <i>Compliance, gestão e cultura corporativa</i> . <i>Cadernos FGV Projetos</i> , n. 28, ano 11, nov. 2016,. Disponível em: https://shar.es/1LVVnN . Acesso em: 21 out. 2019.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
4. Recuperação de empresas	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Falência. Rito processual. Declaração da falência e os seus efeitos. Recuperação judicial. Legitimidade ativa. Sentença homologatória. Cumprimento do plano de recuperação. Sentença de encerramento. Aspectos principais do plano especial das micro e pequenas empresas. Recuperação extrajudicial.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Falência. 1.1 Pressupostos 1.2 Rito processual 1.3 Declaração da falência e os seus efeitos	<ul style="list-style-type: none"> • identificar os principais institutos do processo falimentar e • analisar os contornos do processo falimentar.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Falência 2.1. Arrecadação e alienação de bens, habilitação de créditos, ações revocatória e de restituição 2.2. Extinção do processo	<ul style="list-style-type: none"> • descrever os efeitos da falência em relação ao falido, aos sócios e aos credores, e • identificar as fases da falência.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Recuperação judicial 3.1. Legitimidade ativa 3.2 Litisconsórcio. 3.3 Requisitos para o deferimento 3.4 Apresentação do plano de recuperação 3.5 Aprovação do plano de recuperação 3.6 Sentença homologatória 3.7 Cumprimento do plano de recuperação 3.8 Sentença de encerramento	<ul style="list-style-type: none"> • identificar os principais institutos do processo de recuperação judicial e • avaliar os contornos do processo de recuperação.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Recuperação extrajudicial 4.1. Aspectos principais do plano especial das micro e pequenas empresas 4.2 Recuperação extrajudicial	<ul style="list-style-type: none"> identificar os principais institutos do processo de recuperação judicial de ME e EPP; avaliar os contornos do processo de recuperação das ME e EPP, e compreender os contornos do processo de recuperação extrajudicial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
SALOMÃO, Luis Felipe; SANTOS, Paulo Penalva. <i>Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. ULHOA, Fábio Coelho. <i>Comentários à lei de falências e de recuperação de empresas</i> . 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. <i>A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. BENETI, Sidnei Agostinho; PAIVA, Luiz Fernando Valente de. <i>Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas</i> . São Paulo: Quartier Latin, 2005. CAMPINHO, Sérgio. <i>Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2006. CAVALLI, Cássio. <i>Empresa, direito e economia</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2013. IMHOF, Cristiano. <i>Lei de falências e recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial</i> . São Paulo: CLC, 2009.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
5. Direito regulatório	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Intervenção estatal no domínio econômico. Modalidades de regulação. A reforma do aparelho do Estado e o surgimento das agências reguladoras. Papel e natureza jurídica das agências reguladoras. Estrutura organizacional das agências reguladoras. Características e funções regulatórias. Mecanismos de controle dos atos regulatórios.

Conteúdo programático mínimo

Eixo temático 1

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Regulação 1.1 Função reguladora 1.2 Surgimento da regulação jurídica e do Estado regulador 1.3 Conceito de função regulatória 1.4 Política regulatória e seus instrumentos 1.5 Tipos de regulação	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar a dinâmica regulatória e • analisar as modalidades de regulação e as suas repercussões.

Eixo temático 2

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Modalidades da regulação 2.1 Regulação normativa 2.2 Regulação executiva 2.3 Regulação judicante	<ul style="list-style-type: none"> • reconhecer os fundamentos justificadores da regulação estatal; • identificar os instrumentos regulatórios e • distinguir as formas de intervenção do Estado na ordem econômica.

Eixo temático 3

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Agências reguladoras 3.1 Atividade regulatória 3.2 O controle da atividade regulatória	<ul style="list-style-type: none"> • identificar os fundamentos e elementos históricos do aparecimento das agências reguladoras; • descrever as características das agências no Direito brasileiro e • analisar os poderes das agências.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
<p>4. Controle dos atos regulatórios</p> <p>4.1 Controle do Poder Executivo.</p> <p>4.2 Recurso hierárquico impróprio</p> <p>4.3 Controle do Poder Legislativo</p> <p>4.4 Controle executado pelo Tribunal de Contas</p> <p>4.5 Controle do Poder Judiciário</p> <p>4.6 Controle social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • posicionar os atos regulatórios no conjunto das medidas governamentais e atuações do poder público; • identificar os mecanismos de controle interno, externo e social dos atos regulatórios e • analisar as formas de intervenção judicial nas decisões regulatórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>GUERRA, Sérgio Guerra. <i>Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede</i>. Belo Horizonte: Fórum, 2012.</p> <p>MENDONÇA, José Vicente Santos de. <i>Direito constitucional econômico: a intervenção do estado na economia à luz da razão pública e do pragmatismo</i>. Belo Horizonte: Fórum, 2014.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>ARAGÃO, Alexandre Santos de. <i>Agências reguladoras e a evolução do direito administrativo econômico</i>. Rio de Janeiro: Forense, 2013.</p> <p>CUÉLLAR, Leila. <i>Introdução às agências reguladoras brasileiras</i>. v. 2. Belo Horizonte: Fórum, 2008.</p> <p>MOREIRA, Egon Bockmann. <i>Direito concorrencial e regulação econômica</i>. Belo Horizonte: Fórum, 2010.</p> <p>NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. <i>Curso de direito administrativo</i>. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
6. Licitações e contratos administrativos	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Licitação. Modalidades. Pregão. Estatuto das empresas públicas e sociedades de economia mista. Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). Concessões. Parcerias público-privadas (PPPs). Contratação de serviços de publicidade. Contratos administrativos.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Licitação 1.1 Conceito 1.2 Objeto 1.3 Princípios setoriais 1.4 Modalidades licitatórias 1.5 Fases da licitação 1.6 Dispensa de licitação 1.7 Licitação inexigível 1.8 Fases da concorrência 1.8.1 Fase interna 1.8.2 Fase externa 1.8.3 Instrumento convocatório 1.8.4 Habilitação 1.8.5 Classificação 1.8.6 Homologação 1.8.7 Adjudicação 1.9 Tomada de preços 1.10 Convite 1.11 Leilão 1.12 Concurso 1.13 Pregão	<ul style="list-style-type: none"> • identificar o objetivo e a necessidade de existência do processo licitatório; • avaliar os princípios que regem as licitações e • descrever as diferentes modalidades de licitação existentes na Lei nº 8.666/93.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Contratos administrativos 2.1 Conceito e regimes jurídicos 2.2 Cláusulas contratuais exorbitantes 2.3 Formalização 2.4 Execução 2.5 Extinção do contrato 2.6 Duração dos contratos	<ul style="list-style-type: none"> • diferenciar contratos privados de contratos administrativos; • identificar as peculiaridades reservadas à administração pública, tal qual cláusulas exorbitantes; • identificar as possibilidades de modificação dos contratos administrativos

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato 3.1 Teoria da imprevisão 3.2 Reajuste de preços 3.3 Repactuação ou revisão 3.4 Fato do príncipe 3.5 Fato da administração 3.6 Revisão do contrato 3.7 Rescisão do contrato	<ul style="list-style-type: none"> avaliar as hipóteses previstas na legislação de contratação sem a necessidade de processo licitatório prévio; identificar as exceções previstas em lei para a contratação direta e como a jurisprudência dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União trata a questão conceituar fato do príncipe e fato da administração e analisar as questões polêmicas existentes sobre o tema.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Gestão dos contratos administrativos 4.1 Tipos de penalidade	<ul style="list-style-type: none"> identificar as sanções previstas nas legislações quanto ao descumprimento de licitações; avaliar as penalidades que a administração pública pode aplicar aos particulares e relacionar os crimes previstos na lei de licitações às suas respectivas penas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ARAGÃO, Alexandre Santos de. <i>Curso de direito administrativo</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2012. FURTADO, Lucas Rocha. <i>Curso de licitações e contratos administrativos</i> . 3. ed. Revista e ampliada. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
JUSTEN FILHO, Marçal. <i>O estatuto da microempresa e as licitações públicas</i> . 2. ed. revista e atualizada de acordo com a Lei Complementar 123/06 e o Decreto Federal 6.204/2007. São Paulo: Dialética, 2007. JUSTEN FILHO, Marçal. <i>Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico</i> . 5. ed. revista e atualizada de acordo com a Lei Federal 10.520/02 e os Decretos Federais nº 3.555/00 e 5.450/05. São Paulo: Dialética, 2009. JUSTEN FILHO, Marçal. <i>Comentários à lei de licitações e contratos administrativos</i> . 14. ed. São Paulo: Dialética, 2010. JUSTEN FILHO, Marçal; PEREIRA, Cesar A. Guimaraes (coord.). <i>O regime diferenciado de contratações públicas (RDC): comentários à Lei 12.462 e ao Decreto 7.581</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2012. PICCOLI, Ricardo de Mattos. <i>Licitações e sociedades cooperativas</i> . Curitiba: Juruá, 2009.

Módulo – Direito Civil

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
7. Direito Contratual	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Teoria geral dos contratos. Princípios aplicados aos contratos. Cláusulas contratuais gerais e especiais. Interpretação dos contratos. Abuso de direito em relações contratuais. Revisão e alteração de contratos.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Autonomia privada, obrigatoriedade do contrato e segurança jurídica 1.1 Função social do contrato 1.2 Boa-fé 1.3 Equilíbrio contratual	<ul style="list-style-type: none"> • identificar a base interpretativa do Direito Contratual contemporâneo, fundado em princípios normativos de ordem pública e • analisar, criticamente, o papel da autonomia privada no contexto do Direito Contratual contemporâneo.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Tratativas e formação do contrato 2.1. Responsabilidade pré-contratual 2.2. Contrato preliminar 2.3. Contratos típicos e atípicos 2.4. Grupos de contratos, redes contratuais e contratos coligados	<ul style="list-style-type: none"> • categorizar as etapas de negociação e decisão até o surgimento do vínculo contratual e a efetividade prática da utilização de documentos pré-contratuais; • identificar e distinguir os deveres pré-contratuais dos deveres decorrentes dos contratos preliminares e do contrato definitivo, e • demonstrar o aumento da complexidade das operações econômicas no mundo atual, por meio da formação de redes contratuais e de contratos coligados.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Adimplemento e utilidade 3.1. Inadimplemento absoluto e inadimplemento relativo 3.2. Encargos moratórios 3.3. Cláusulas penais 3.4. Violação positiva do contrato 3.5. Inadimplemento antes do termo 3.6. Responsabilidade pós-contratual	<ul style="list-style-type: none"> • aplicar uma visão prática da gestão do contrato durante a sua fase de execução; • analisar as espécies de inadimplemento e as suas consequências; • avaliar, criticamente, a conveniência e a efetividade das cláusulas penais como ferramentas de prevenção e repressão ao inadimplemento contratual.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Causas antecedentes de extinção 4.1. Causas supervenientes de extinção: rescisão e resolução 4.2. Modificação, revisão do contrato e princípio da conservação	<ul style="list-style-type: none"> • apontar as diversas causas de extinção do contrato e os seus pressupostos; • analisar, criticamente, a frustração pelo fim do contrato e a possibilidade de evitá-lo em nome do princípio da conservação e • finalizar o ciclo de vida do contrato.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio (coord.). <i>Direito contratual: temas atuais</i> . São Paulo: Método, 2007. MELO, Marco Aurélio Bezerra de. <i>Direito dos contratos tomo I. Teoria geral dos contratos. v. 3</i> . São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
NEVES, José Roberto de Castro. <i>Direito das obrigações</i> . Rio de Janeiro: GZ, 2009. TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. <i>Código civil comentado: direito das obrigações</i> . São Paulo: Atlas, 2008.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
8. Contratos Contemporâneos	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Contratos contemporâneos: contratos financeiros. Contratos de transporte. Contratos de licença de uso e marca. Contrato de franquia. Contratos virtuais. Contrato de prestação de serviços. Contrato de seguro.

Conteúdo programático mínimo

Eixo temático 1

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Características gerais dos direitos reais de garantia na coisa alheia <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Propriedade fiduciária: alienação e cessão fiduciária de crédito 1.2 Fiança 1.3 Cartas de conforto 	<ul style="list-style-type: none"> • analisar as principais espécies de garantia utilizadas no Direito brasileiro, as suas vantagens e desvantagens, bem como as alternativas atípicas.

Eixo temático 2

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Legislação aplicável <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Requisitos para a sua validade 2.2. Eficácia dos contratos eletrônicos 2.3. <i>Smart contracts</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar o papel do Direito diante das novas tecnologias e do seu impacto no modo de contratar e executar os contratos.

Eixo temático 3

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Sigilo dos dados pessoais <ul style="list-style-type: none"> 3.1 Responsabilidade dos provedores de acesso e certificadores digitais 	<ul style="list-style-type: none"> • analisar a dinâmica recente com a nova lei de proteção de dados e o seu impacto nos contratos.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Noções gerais 4.1 Contratos bancários 4.2 Juros, capitalização e comissão de permanência 4.3 Arranjos de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar o sistema financeiro nacional e o sistema de pagamentos brasileiro e • identificar as principais modalidades de empréstimo e de financiamento disponíveis que interessam ao dia a dia de quem milita na área cível em geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
MELO, Marco Aurélio Bezerra de. Direito dos contratos tomo I. <i>Teoria geral dos contratos</i> . v. 3. São Paulo: Atlas. 2015. TARTUCE, Flávio. <i>Teoria geral dos contratos em espécie</i> . v. 3., 11. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2016. (Coleção Direito Civil).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MARTINS-COSTA, Judith. <i>Comentários ao novo código civil</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2009. NEGREIROS, Teresa. <i>Teoria do contrato: novos paradigmas</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
9. Direito Imobiliário	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Contratos e segmentos da locação imobiliária. Do condomínio edilício, de lotes e da multipropriedade. Da incorporação imobiliária. Do contrato de corretagem e de financiamentos imobiliários.

Conteúdo programático mínimo

Eixo temático 1

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Contratos e segmentos da locação imobiliária <ul style="list-style-type: none"> 1.1 Das modalidades de contrato locatício 1.2 Tópicos jurídicos imobiliários em <i>shopping centers</i> 1.3 Locação imobiliária contemporânea no ambiente virtual. 1.4. Relações jurídicas do <i>coworking</i> e do <i>co-living</i> 1.5. Aspectos jurídicos do <i>built to suit</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • identificar as diversas modalidades de contrato locatício e as suas especificidades.

Eixo temático 2

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Do Condomínio <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Aspectos relevantes do condomínio edilício 2.2 Do condomínio de lotes 2.3 Do condomínio em multipropriedade – <i>timeshare</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • analisar o condomínio edilício à luz da legislação pertinente, destacando os novos cenários da <i>timeshare</i> e do condomínio de lotes.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Da Incorporação imobiliária 3.1 Da pessoa do incorporador 3.2 Das obrigações e direitos do incorporador 3.3 Como elaborar um memorial de incorporação 3.4 Tipos de construção aplicáveis à incorporação imobiliária 3.5 Da responsabilidade civil e penal na incorporação imobiliária 3.6 Do patrimônio de afetação	<ul style="list-style-type: none"> reconhecer a importância da incorporação imobiliária para o funcionamento do ordenamento jurídico imobiliário.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Contrato de corretagem imobiliária e contratos de financiamentos imobiliários 4.1 Análise das principais cláusulas 4.2 Do direito de exclusividade à luz do Código Civil 4.3 Da documentação imobiliária para corretagem 4.4 Aspectos das responsabilidades civil, trabalhista e penal da corretagem imobiliária 4.5 Estrutura do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Estrutura do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) 4.6 Oportunidades do leilão extrajudicial	<ul style="list-style-type: none"> avaliar, criticamente, a conveniência e a efetividade das cláusulas contratuais para viabilização das operações imobiliárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. <i>Direito imobiliário: teoria e prática</i> . 14. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
SOUZA, Sylvio Capanema de. <i>A lei do inquilinato comentada: artigo por artigo</i> . 11. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
AGHIARIAN, Hércules. <i>Curso de direito imobiliário</i> . 12. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.
AVVAD, Pedro Elias. <i>Direito imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários</i> . 4. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
CHALHUB, Melhim Namen. <i>Da incorporação imobiliária</i> . 5. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2019.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Condomínio e incorporações*. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil*. v. 4 Direitos reais: posse, propriedade, direitos reais de fruição, garantia e aquisição. 25. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

SILVA, Bruno Mattos e. *Compra de imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
10. Oficina de Direito Civil	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Interpretação de contratos. Exame e redação de instrumentos contratuais e de cláusulas específicas.

Conteúdo programático mínimo

Eixo temático 1

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Interpretação de contratos 1.1 Leitura de documentos específicos 1.2 Modalidades de interpretação	<ul style="list-style-type: none"> • identificar as possibilidades de leitura e interpretação de contratos específicos e • analisar exemplos práticos a partir de modelos contratuais.

Eixo temático 2

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Redação de instrumentos contratuais 2.1 Cláusulas penais 2.2 Cláusulas de responsabilização civil	<ul style="list-style-type: none"> • redigir instrumentos pré-contratuais e • analisar modelos de instrumento contratual existentes.

Eixo temático 3

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Redação de cláusulas resolutivas de conflitos 3.1 Cláusulas de mediação 3.2 Cláusulas de arbitragem 3.3 Cláusulas MED-ARB	<ul style="list-style-type: none"> • analisar exemplos de cláusulas de mediação, de arbitragem e MED-ARB, e • redigir cláusulas resolutivas.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Redação de cláusulas contratuais específicas <ul style="list-style-type: none"> 4.1. Cláusulas compensatórias 4.2. Cláusulas moratórias 4.3. Cláusulas limitativas e de não indenizar 4.4. Vício e evicção 	<ul style="list-style-type: none"> • analisar cláusulas e condições negociais, com ênfase na identificação de vulnerabilidades e proposições de alternativas em contratos frequentemente presentes no Direito contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
NEGREIROS, Teresa. <i>Teoria do contrato: novos paradigmas</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2002. OLIVEIRA, J. M. Leoni Lopes de. <i>Direito das obrigações e atos unilaterais</i> . São Paulo: Atlas, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; TURANO, Allan Nascimento. <i>Resolução da sociedade limitada em relação a um sócio e a ação de dissolução parcial</i> . Curitiba: Juruá, 2016. BERTOLDI, Marcelo M. Execução específica do acordo de sócios. In: COELHO, Fábio Ulhoa. (coord.) <i>Tratado de direito comercial</i> . São Paulo: Saraiva, 2015. BORBA, José Edwaldo Tavares. <i>Direito societário</i> . 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010. BUENO, Cassio Scarpinella. Ação de dissolução parcial de sociedade. In: COELHO, Fábio Ulhoa (coord.) <i>Tratado de direito comercial</i> . v. 8. São Paulo: Saraiva, 2015. COELHO, Fábio Ulhoa. <i>Curso de direito comercial: direito de empresa</i> . 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. COUTINHO, Sérgio Mendes Botrel. <i>Fusões e aquisições</i> . 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2016. LOBO, Jorge. <i>Sociedades limitadas</i> . v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
11. Propriedade intelectual	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Introdução à propriedade intelectual. Proteção jurídica das marcas e das patentes. Concorrência desleal. Contratos de propriedade intelectual. Direitos autorais e conexos. Impacto das novas tecnologias.

Conteúdo programático mínimo

Eixo temático 1

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Introdução à propriedade intelectual 1.1 Direitos autorais e conexos 1.2 Fundamentos da proteção autoral	<ul style="list-style-type: none"> • descrever os fundamentos e especificidades da propriedade intelectual e • avaliar questões atuais e controvertidas dos direitos autorais e conexos.

Eixo temático 2

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Exceções e limitações à proteção autoral 2.1 Impacto das novas tecnologias nos direitos autorais 2.2 Licenças livres 2.3 <i>Creative Commons</i>	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar questões atuais e controvertidas envolvendo as novas tecnologias e o licenciamento livre.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Fundamentos da proteção marcária 3.1 Requisitos e exceções 3.2 Marcas de alto renome 3.3 Marcas notoriamente conhecidas	<ul style="list-style-type: none"> examinar questões jurídicas relacionadas à marca.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Concorrência desleal 4.1 Marketing de emboscada 4.2 Proteção patentária 4.3 Requisitos e exceções	<ul style="list-style-type: none"> identificar os fundamentos e especificidades da proteção patentária e avaliar questões atuais e controvertidas envolvendo concorrência desleal e patentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BRANCO, Sérgio; PARANAGUÁ, Pedro. *Direitos autorais*. Editora FGV. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO JR., Sérgio Vieira. *Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

KARAGANIS, Joe (ed.). *Media piracy in emerging economies*. New York: SSRIC, 2011. Disponível em: <http://piracy.americanassembly.org/the-report/>. Acesso em: 21 out. 2019.

MAGRANI, Eduardo. *Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático*. Curitiba: Juruá/FGV Direito Rio, 2014.

MORO, Maitê Cecília Fabri. *Direito de marcas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NETTO, José Carlos Costa. s. São Paulo: FTD, 1998.

SANTOS, Manoel Pereira dos; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). *Sinais distintivos e tutela judicial e administrativa*. São Paulo: Saraiva, 2007.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
12. Relações de família à luz do Código Civil	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Direitos patrimoniais nas conjugalidades. Relações paterno-filiais. União estável. Alimentos: sujeitos da obrigação alimentar.

Conteúdo programático mínimo	
------------------------------	--

Eixo temático 1	
-----------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Direitos patrimoniais nas conjugalidades 1.1 Regimes de bens e sua eficácia 1.2 Outorgas conjugal e convivencial	<ul style="list-style-type: none"> • identificar os regimes de bens aplicáveis às relações de casamento e de união estável; • avaliar as composições patrimoniais disponíveis na codificação civil, aplicando-as ao planejamento antenupcial e aos contratos de união estável e • analisar a eficácia da outorga conjugal a partir das decisões dos tribunais pátrios.

Eixo temático 2	
-----------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Relações paterno-filiais 2.1 Parentalidade biológica 2.2 Parentalidade socioafetiva 2.3 Parentalidade registral 2.4 Multiparentalidade	<ul style="list-style-type: none"> • descrever as relações paterno-filiais existentes à luz do ordenamento jurídico em vigor; • analisar os modelos de filiação e as suas consequências prático-jurídicas e • empregar os diversos modelos de filiação à solução de casos concretos

Eixo temático 3	
-----------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. União estável 3.1 Configuração 3.2 Efeitos e dissolução 3.3 Uniões poliafetivas 3.4 Contratos de união estável	<ul style="list-style-type: none"> • definir a união estável e os requisitos para a sua constituição, considerando as relações heterossexuais e as uniões homoafetivas; • distinguir os efeitos da união estável e do casamento, e comparar as suas consequências na solução dos casos concretos; • demonstrar a possibilidade de reconhecimento das uniões poliafetivas e os seus efeitos, e • avaliar os modelos contratuais possíveis para o reconhecimento da união estável.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
<p>4. Alimentos: sujeitos da obrigação alimentar</p> <p>4.1 Fixação da verba alimentar</p> <p>4.2 Alimentos compensatórios</p> <p>4.3 Alimentos gravídicos</p> <p>4.4 Ação de alimentos e CPC/2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> • identificar os sujeitos da obrigação alimentar e os critérios para a sua fixação; • distinguir as espécies de alimento previstos na legislação em vigor e • avaliar os procedimentos albergados pelo CPC/2015 e a sua aplicação a casos concretos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>CAHALI, Yussef Said. <i>Dos alimentos</i>. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>DIAS, Maria Berenice. <i>Manual de direito das famílias</i>. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.</p>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
<p>FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. <i>Curso de direito civil: direito das famílias</i>. 9. ed. Salvador: JusPodivum, 2017.</p> <p>LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus. <i>Revista Brasileira de Direito de Família</i>, v. 3, n. 12, jan./mar. 2002. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/entidades-familiares-constitucionalizadas-para-al%C3%A9m-do-numerus-clausus-0. Acesso em: 23 jul. 2018.</p> <p>PEREIRA, Caio Mário da Silva. <i>Instituições de direito civil: direito de família</i>. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.</p>

Módulo – Direito Processual Civil

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
13. Tutela jurisdicional individual	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Atos processuais. Litisconsórcio. Intervenções de terceiros. Procedimentos comum e especial. Petição inicial. Resposta do réu. Audiências. Provas. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Coisa julgada.

Conteúdo programático mínimo	
-------------------------------------	--

Eixo temático 1	
------------------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Atos 2. Prazos 3. Nulidades	<ul style="list-style-type: none"> descrever a Teoria Geral dos Atos Processuais; identificar as diferentes regras dos prazos processuais e analisar a Teoria das Nulidades Processuais e a sua lógica, que é diferente da das nulidades em geral.

Eixo temático 2	
------------------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Litisconsórcio 5. Intervenções de terceiros	<ul style="list-style-type: none"> avaliar o fenômeno da pluralidade de sujeitos do processo e as suas diferentes facetas e utilizar as distintas formas de intervenção de terceiros.

Eixo temático 3	
------------------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
6. Procedimentos comum e especial 7. Petição inicial. 8. Resposta do réu 9. Audiências	<ul style="list-style-type: none"> definir procedimento comum; identificar os requisitos da petição inicial e as diferentes condutas que o juiz pode adotar ao recebê-la e utilizar as respostas do réu, com ciência dos possíveis cuidados a serem tomados para evitar prejuízo à defesa do seu cliente.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
10. Provas 11. Providências preliminares 12. Julgamento conforme o estado do processo 13. Coisa julgada	<ul style="list-style-type: none"> • identificar as regras gerais sobre provas; • diferenciar os distintos rumos que o processo pode tomar após a resposta do réu e • analisar a coisa julgada e as suas consequências para os interesses das partes e de terceiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DIDIER JUNIOR, Fredie. <i>Curso de direito processual civil</i> . v. 2. Salvador: Juspodivm, 2018. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sergio Cruz. <i>Curso de processo civil</i> . v. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
CÂMARA, Alexandre Freitas. <i>O novo processo civil brasileiro</i> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. <i>A modificação do pedido e da causa de pedir no processo civil</i> . Rio de Janeiro: GZ, 2014. RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. <i>A fazenda pública no processo civil</i> . São Paulo: GEN/Atlas, 2016.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
14. Tutela jurisdicional coletiva	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa
Processos coletivos. Ação popular e ação civil pública. Tutela coletiva. Remédios constitucionais.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Processos coletivos 1.1 Evolução e fundamentos jurídicos 1.2 Conceito 1.3 Natureza jurídica 1.4 Espécies de tutela coletiva 1.5 Direitos coletivos	<ul style="list-style-type: none"> identificar os aspectos fundamentais da Teoria Geral dos Processos Coletivos.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Ação popular e ação civil pública 2.1 Ação coletiva protetora de direitos individuais homogêneos 2.2 Espécies de ação civil pública 2.3 Bens e interesses tutelados	<ul style="list-style-type: none"> diferenciar o cabimento das diferentes espécies de ação coletiva.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Tutela coletiva 3.1 Competência 3.2 Legitimidade 3.3 Inquérito civil 3.4 Termo de ajustamento de conduta. 3.5. Procedimento 3.5.1 Tutela preventiva 3.5.2 Dilação probatória 3.5.3 Sentença e coisa julgada 3.6. Recursos. 3.7. Execução	<ul style="list-style-type: none"> avaliar a fase prejudicial da tutela coletiva e os seus possíveis resultados, e identificar os aspectos procedimentais da ação civil pública.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Remédios constitucionais 4.1 Mandado de segurança coletivo 4.2 Mandado de injunção coletivo 4.3 Incidente de resolução de demandas repetitivas	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar o cabimento e os procedimentos desses remédios constitucionais e • analisar os custos e os benefícios do uso do incidente, bem como os seus aspectos procedimentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DIDIER JUNIOR, Fredie. <i>Curso de direito processual civil</i> . v. 4. Salvador: Juspodivm, 2018. ZAVASCKI, Teori Albino. <i>Processo coletivo</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
GRINOVER, Ada Pellegrini <i>et al.</i> <i>Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto</i> . v. 2. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. GRINOVER, Ada Pellegrini <i>et al.</i> <i>Processo coletivo: do surgimento à atualidade</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. MEIRELLES, Hely Lopes. <i>Mandado de segurança e ações constitucionais</i> . 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. <i>Ações coletivas no direito comparado e nacional</i> . 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
15. Tutela de urgência e tutela de evidência	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Tutela provisória. Tutela de urgência cautelar e satisfativa. Tutela de evidência. Abuso do direito de defesa. Tutela inibitória. Mandado de segurança e outras tutelas provisórias de procedimentos especiais.

Conteúdo programático mínimo	
-------------------------------------	--

Eixo temático 1	
------------------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Tutela provisória 1.1 Características 1.2 Procedimentos 1.3 Prazos 1.4 Hipóteses de concessão	<ul style="list-style-type: none"> descrever a Teoria Geral das Tutelas Provisórias.

Eixo temático 2	
------------------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Tutela de urgência cautelar e satisfativa 2.1 Hipóteses de risco de dano ou de difícil reparação	<ul style="list-style-type: none"> diferenciar as espécies de tutela de urgência e identificar os requisitos de cada uma das tutelas de urgência.

Eixo temático 3	
------------------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Tutela de evidência 3.1 Abuso do direito de defesa 3.2 Tutela inibitória	<ul style="list-style-type: none"> identificar as hipóteses em que alguém pode obter tutela provisória sem a presença de risco de dano e analisar as potencialidades da tutela de prevenção a ilícitos.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Mandado de segurança e outras tutelas provisórias de procedimentos especiais 4.1 Análise jurisprudencial	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar outras espécies de tutela provisória presentes em procedimentos especiais de relevância prática e • reconhecer os entendimentos da jurisprudência dos tribunais superiores sobre as tutelas provisórias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DIDIER JUNIOR, Fredie. <i>Curso de direito processual civil</i> . v. 3. Salvador: Juspodivm, 2018. MARINONI, Luiz Guilherme. <i>Tutela de urgência e tutela de evidência</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
MARINONI, Luiz Guilherme Bittencourt; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. <i>Novo Código de Processo Civil comentado</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. RODRIGUES, Marco Antonio. <i>A fazenda pública no processo civil</i> . 2. ed. São Paulo: GEN, 2016. RODRIGUES, Marco Antonio. <i>Manual dos recursos, rescisória e reclamação</i> . São Paulo: GEN, 2017.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
16. Estratégias para a solução adequada de conflitos	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa
Resolução do conflito empresarial. Mediação. Arbitragem. Judiciário. Conciliação <i>versus</i> mediação <i>versus</i> arbitragem. O árbitro e o mediador. Customização do processo de resolução de controvérsia. Decisão arbitral. Estratégias de execução ou invalidação do ato.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Métodos de resolução de conflitos 1.1 Histórico 1.2 Modalidades 1.3 Principais características 1.4 Princípios 1.5 Hipóteses de cabimento	<ul style="list-style-type: none"> reconhecer a dinâmica de prevenção e resolução de conflitos e analisar os métodos disponíveis e as suas aplicações.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
2. Mediação e arbitragem 2.1 Princípios e características 2.2 Hipóteses de cabimento 2.3 Papel do mediador 2.4 Árbitro 2.5 Procedimentos 2.6 Acordo e decisão 2.7 Atuação do Poder Judiciário	<ul style="list-style-type: none"> avaliar as semelhanças e diferenças dos institutos de mediação e arbitragem, identificando os casos em que esses meios podem ser utilizados e avaliar a necessidade ou não de interface com o Poder Judiciário.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Conciliação e procedimentos 3.1 Conceito 3.2 Características 3.3 Conciliação <i>versus</i> mediação 3.4 Atores envolvidos 3.5 Natureza do acordo	<ul style="list-style-type: none"> distinguir conciliação e mediação ocorridas de forma extrajudicial e judicial, identificando a diferença do procedimento desses institutos no Código de Processo Civil e indicar as pessoas que podem participar dos institutos de conciliação e os seus procedimentos.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
4. Definição de estratégias de prevenção e resolução de conflitos 4.1 Tipos de estratégia 4.2 Atuação das partes envolvidas 4.3 Desenho de sistema de disputas	<ul style="list-style-type: none"> • identificar as semelhanças e diferenças entre estes três institutos: arbitragem, mediação e conciliação; • definir em que casos os três institutos (arbitragem, mediação e conciliação) podem ser utilizados e • avaliar a necessidade ou não de interface com o Poder Judiciário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva (coord.) <i>Mediação de conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes</i> . Salvador: JusPodium, 2016. MUNIZ, Joaquim de Paiva. <i>Curso básico de direito arbitral: teoria e prática</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Juruá, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALMEIDA, Diogo R.; PANTOJA, Fernanda; PELAJO, Samantha. <i>A mediação no novo Código de Processo Civil</i> . São Paulo: GEN, 2016. ALMEIDA, Tania. <i>Caixa de ferramentas</i> . São Paulo: Dash, 2014. MOURÃO, Alessandra Gomes do Nascimento. <i>Técnicas de negociação para advogados</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2008.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
17. Processo nos tribunais: teoria e prática	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Generalidades. Recursos: teoria geral. Apelação. Agravo. Embargos de declaração. Recursos para o STF e o STJ. Ação rescisória. Reclamação. Precedentes. Análise jurisprudencial. Reformas e inovações do Processo Civil.

Conteúdo programático mínimo	
------------------------------	--

Eixo temático 1	
-----------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Generalidades 2. Recursos: teoria geral 2.1 Teoria Geral dos Recursos 2.2 Efeitos dos recursos 2.3 Juízo de admissibilidade e de mérito dos recursos 2.4 Pressupostos intrínsecos de admissibilidade dos recursos 2.5 Pressupostos extrínsecos de admissibilidade dos recursos 2.6 Recursos em espécie 2.7 Prazo para interposição 2.8 Efeitos	<ul style="list-style-type: none"> descrever os aspectos gerais dos meios de impugnação e dos recursos.

Eixo temático 2	
-----------------	--

Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Apelação 3.1 Apelação 3.2 Cabimento 3.3 Prazo para interposição 3.4 Efeitos 3.5 Teoria da Causa Madura 3.6 Súmula impeditiva de apelação 4. Agravo 4.1 Generalidades 4.2 Agravo retido 4.3 Agravo de instrumento 5. Embargos de declaração 6. Embargos infringentes	<ul style="list-style-type: none"> identificar os requisitos de admissibilidade e os aspectos procedimentais dos recursos de apelação, agravos, embargos de declaração e embargos infringentes.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
7. Recursos para o STF e o STJ 7.1 Recurso ordinário para o STF 7.2 Recurso ordinário para o STJ 7.3 Recurso extraordinário 7.4 Recurso especial 8. Embargos de divergência	<ul style="list-style-type: none"> reconhecer as regras procedimentais e sobre a admissibilidade dos recursos dirigidos aos tribunais superiores, possibilitando uma melhor atuação perante esses tribunais.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
9. Ação rescisória 9.1 Requisitos para propositura da ação rescisória 9.2 Hipóteses de cabimento 9.3 Procedimento na ação rescisória 10. Reclamação 11. Precedentes 12. Análise jurisprudencial. 13. Reformas e inovações do processo civil	<ul style="list-style-type: none"> reconhecer as hipóteses de cabimento da ação rescisória e da reclamação; identificar as diferentes eficácias dos precedentes judiciais e avaliar os entendimentos da jurisprudência dos tribunais superiores sobre os recursos e meios de impugnação em geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil*. v. 3. Salvador: Juspodivm, 2018.
 RODRIGUES, Marco Antonio. *Manual dos recursos, rescisória e reclamação*. São Paulo: GEN, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, José Henrique Mouta. *Mandado de segurança*. 2. ed. Salvador: JusPODIVM, 2010, p. 93-94.
 RODRIGUES, Marco Antonio dos Santos. *A fazenda pública no processo civil*. São Paulo: GEN, 2015.

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
18. Cumprimento de sentença e tutela executiva	24 horas-aula (carga horária fixa)

Área	Subárea
Direito	Direito

Ementa

Liquidação. Execuções provisória e definitiva. Do cumprimento da sentença. Meios de impugnação no cumprimento da sentença e no processo autônomo de execução. Parcelamento do débito. Recursos atinentes à liquidação e à execução.

Conteúdo programático mínimo	
Eixo temático 1	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
1. Liquidação: conceito e espécies 2. A nova sistemática da execução civil. 2.1. Princípios gerais.	<ul style="list-style-type: none"> • identificar as diferentes espécies de liquidação e o seu cabimento, e • descrever as linhas gerais da execução, os seus princípios e as suas características.

Eixo temático 2	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
3. Execuções provisória e definitiva 4. Do cumprimento da sentença 5. Da obrigação de pagar quantia certa 6. Do cumprimento da obrigação de indenizar decorrente de ato ilícito 7. Do cumprimento da obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública 8. Do cumprimento da obrigação de fazer e não fazer 9. Astreintes e efetividade da tutela jurisdicional 10. Do cumprimento da obrigação de entrega de coisa	<ul style="list-style-type: none"> • diferenciar as execuções definitiva e provisória, bem como as suas consequências jurídicas; • avaliar a sistemática do cumprimento da sentença quanto às obrigações de pagar e os seus aspectos procedimentais e • discutir os cumprimentos de sentença por obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa.

Eixo temático 3	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
11. Do processo de execução. Do título executivo 12. Da responsabilidade patrimonial 13. Das diversas espécies de execução 14. Da execução para a entrega de coisa 15. Da execução das obrigações de fazer e não fazer	<ul style="list-style-type: none"> • identificar os diferentes tipos de título executivo; • localizar o responsável pela execução e o patrimônio que pode ser atingido por ela e • identificar os procedimentos de execução das obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa.

Eixo temático 4	
Conteúdo programático mínimo	Objetivos de aprendizagem
16. Da execução por quantia certa contra devedor solvente 17. Da penhora, da avaliação e do depósito 18. O novo procedimento da penhora <i>on-line</i> 19. Impenhorabilidade: novas considerações. 19.1. Da expropriação de bens 20. Da execução contra a Fazenda Pública 21. Da suspensão e da extinção do processo de execução 22. Meios de impugnação no cumprimento de sentença e no processo autônomo de execução 23. Honorários. 23.1. Parcelamento do débito. 24. Recursos atinentes à liquidação e à execução	<ul style="list-style-type: none"> • descrever as regras do procedimento de execução de quantia e • diferenciar as espécies de defesa do executado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DIDIER JUNIOR, Fredie. *Curso de direito processual civil*. v. 5. Salvador: Juspodivm, 2018.
 MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; ARENHART, Sergio Cruz. *Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUENO, Cassio Scarpinella (coord.). *Comentários ao Código de Processo Civil*. v. 3. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
 LIEBMAN, Enrico Tullio. *Processo de execução*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1963.